

Bragança: muito para além fronteiras

Bragança localiza-se num cruzamento de corredores naturais de circulação e de condições geomorfológicas favoráveis à fixação humana. Não admira pois a existência de vestígios de Arte Rupestre em Grijó e Milhão, de um vasto património arqueológico, bem visível ainda em vários sítios fortificados em lugares cimeiros (Rebordãos, Pinela, Babe, Outeiro, Parada...), talvez fundados nos séculos XIII a XI antes de Cristo, e as dezenas de Castros da Segunda Idade do Ferro, espalhados ao longo de vales e linhas de água (Alimonde, Soutelo, Calvelhe, Castro de Avelãs...), comunidades que integravam o povo conhecido como os Zoelae, com sede política e administrativa em Castro de Avelãs, estendendo-se por uma vasta área territorial no Nordeste de Portugal e Nordeste de Espanha.

Com a conquista pelos exércitos romanos, surgiu uma nova organização política, administrativa e territorial. Em Bragança é bem expressiva a romanização, face aos vestígios recolhidos, às escavações arqueológicas recentes, à importante via militar romana a ligar a fachada atlântica com a Meseta, uma das principais “auto-estradas” da Península na época romana e que prevaleceu durante muitos séculos como ligação entre o litoral e a Meseta Ibérica e às explorações de ouro, prata, ferro e estanho (França, Portelo e Guadramil), a que estaria associada o provável controlo de destacamentos militares. Como importante centro de passagem de pessoas e bens, as explorações mineiras (com produção comprovada de ouro, estanho e ferro, e provavelmente prata), o aumento da demografia e das actividades económicas, Bragança terá vivido nos séculos I a III d.C., tempos de crescimento e prosperidade.

No período seguinte, povos vindos do Norte, Suevos e Visigodos, substituem os romanos no governo do território. Com a invasão da Península pelos muçulmanos, a região de Bragança constituiu-se como uma espécie de área fronteiriça alargada, palco de saques frequentes, até ao período em que esta zona do território se organizou em tempos civis, militares e religiosos, com significativa autonomia, fazendo-se referência no Concílio de Oviedo, no ano de 970, a Pelágio Conde de Bragança.

No final do século X e início do século XI, ascende a família dos Bragançons, com D. Mendo Alãm, que casou com a princesa Ardzrouri da Arménia, aquando da sua passagem por Castro de Avelãs, em peregrinação a Santiago de Compostela. Durante o século XI a meados do século XIII, a poderosa família dos Bragançons, a segunda das cinco mais importantes linhagens da aristocracia medieval portuguesa, a seguir à

Família Real, adquiriu relevância sócio-política junto das cortes de Leão e no Condado Portucalense, devido à situação geoestratégica de Bragança, relativamente ao Condado Portucalense e ao Reino de Leão.

Fernão Mendes (II) de Bragança, cunhado de D. Afonso Henriques, passou à história como o *Bravo*, pela bravura na Batalha de Ourique. Foi um dos esteios da ascensão política do nosso primeiro Rei e do Reino de Portugal, por causa do seu poderio militar e económico.

A colocação geoestratégica de Bragança, dada a sua posição fronteiriça, passou a marcar de forma muito intensa a sua História, submetida à constante pressão político-militar dos dois Reinos de Portugal e de Leão, consequência da instabilidade e indefinição das fronteiras. No ano de 1187, D. Sancho I atribuiu a Bragança Foral de Vila, apostou na delimitação da linha de fronteira, mandou colocar marcos nas zonas fronteiriças, e por ali passou, em sinal de posse, mandando fortalecer as defesas e reconstruir as muralhas de Bragança.

Os conflitos entre Portugal e Leão mantêm-se. Bragança esteve implicada militarmente nos conflitos, sofrendo com o território cercado pelos exércitos inimigos, pela predominância dos seus dirigentes na primeira linha dos negócios do Reino, participou na diplomacia, em importantes acordos envolvendo os dois reinos. Na sétima geração, no ano de 1258, a família dos Bragançons perde a varonia, e D. Afonso III entrega Bragança a Nuno Martins, descendente da linhagem de Bragança.

No século XIV, as guerras com Castela provocaram a destruição e Bragança foi tomada pelos exércitos castelhanos no ano de 1370. A região bragançana volta em 1381 a ser militarmente devastada, surge a fome, as epidemias e com elas o desmesurado aumento da mortalidade infantil, o abandono dos campos, perdendo Bragança 83% da sua população. No ano de 1387, o Duque de Lencastre e D. Constância, herdeira de Castela, assinam, em Bragança o Tratado de Babe, no qual reconhecem a D. João I (aclamado nas cortes de 1385, por ter sido declarado vago o trono, e casado com D. Filipa, filha do Duque de Lencastre), os direitos que afirmavam possuir sobre Portugal e o Algarve.

D. João I volta a Bragança, no ano de 1396, em situação de conflito com Castela, tomando o castelo a Afonso Pimentel, alcaide de Bragança (que se havia aliado a Castela), confiscando-lhes os bens, mandando proceder a obras de consolidação e acrescento da estrutura do castelo. Os bens confiscados vieram a ser entregues a D. Afonso, filho ilegítimo de D. João I, fazendo-o Duque de Bragança, e que casou com D. Beatriz, filha única do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, a mais rica herdeira do

Reino. E, assim, D. João I desenha uma política de reforço e organização desta região fronteiriça de grande importância na protecção política do reino, reforçando a posição de Bragança, como pólo fronteiriço, agregador de um vasto território, à volta do qual se reconstruiria um grande poder territorial e patrimonial que, deveria manter-se nas mãos de um único herdeiro, não podendo ser alienado nem dividido. Estaria subjacente a ideia de criar um ramo familiar forte, que em qualquer momento pudesse substituir a família real.

Com D. Fernando, 2º Duque de Bragança, reforçou-se esta estratégia, ao juntar os bens do seu irmão Afonso, conde de Guimarães, falecido sem sucessão legítima. O Duque D. Fernando empenhou-se ao lado do Rei Afonso V, nas campanhas no Norte de África, tendo sido governador de Ceuta. Quando o rei partiu para a conquista do Norte de África, deixou o governo do reino entregue ao Duque de Bragança considerado um dos homens mais poderosos do reinado de D. Afonso V. Este, a pedido de D. Fernando, 2º Duque de Bragança, por alvará de 20 de Fevereiro de 1464, concedeu a Bragança o foro de cidade. Foi julgado e condenado à morte por D. João II, no âmbito de um plano centralizador do poder político e económico, com a consequente redução dos privilégios das grandes Casas Senhoriais, incorporando os bens do ducado de Bragança, no património real.

O Rei D. Manuel I restituiu esses bens aos seus antigos senhores por carta de 18 de Junho de 1496. Nesse mesmo ano, provoca grande prejuízo a Bragança, ao decretar a expulsão dos judeus que haviam recusado o baptismo, originando a saída de centenas de habitantes da cidade. Uma perda irreparável para a cidade. Os judeus foram surpreendidos pois, pouco tempo antes, D. João II tinha acolhido judeus perseguidos pelos Reis Católicos. Só da vizinha Benavente vieram para Bragança 3000 casais. O desfecho da acção do rei traduziu-se num declínio. Gradual, mas tremendo nos efeitos. Em consequência da terrífica actividade da Inquisição, milhares de judeus saíram de Portugal, levando dinheiro, contactos, saberes, experiência mercantil e, acima de tudo, o interesse pelo conhecimento e a explicação da causa das coisas. Os Bragançanos Oróbio de Castro e Jacob Castro Sarmiento são paradigmas da perda que Portugal obteve devido ao insensato acto de D. Manuel. O primeiro brilhou na Jerusalém da Europa – tendo sido líder na sinagoga de Amesterdão, o segundo notabilizou-se em Londres e na Escócia, sendo professor distinto na Universidade de Aberdeen, onde recebeu o grau de Doutor.

Iniciado o período dos Descobrimentos, o mesmo deu origem à constituição de um Império que se desenrolou à escala mundial, com expressão nos cinco continentes. Apesar de situada longe do mar, nem por isso Bragança deixou de contribuir com as suas gentes para um processo histórico da magnitude daquele que ficou conhecido pela designação de expansão portuguesa. Homens idos de Bragança para Lisboa e outros portos percorreram mares e terras distantes, em busca de melhorar a condição económica e social ou, tão simplesmente, contribuir para a evangelização de outros povos.

Numa breve referência a Bragança, apontam-se alguns nomes que servem de padrão para muitos outros que ficaram no olvido. O “moço do monte” João de Bragança foi nomeado por D. João II, “vedor” do corte de madeira destinada ao fabrico dos navios, que em 1497, partiram à descoberta do caminho para a Índia. Nessa Índia longínqua, o bombardeiro Diogo de Bragança esteve ao lado de Diogo Pacheco Pereira nas lutas contra o samorim de Calcutá. O célebre aventureiro Fernão Mendes Pinto, na sua imortal *Peregrinação*, refere Lourenço de Góis e Vasco Sarmiento, primos naturais de Bragança que, cerca de 1540, estavam no Sião (Tailândia), onde foram capitães de duas fustas e o bragançano António Ferreira, que, por volta de 1543, chefiava uns mil mercenários ao serviço do rei do Pegu (actual Birmânia), e por ali andava também Cristóvão Sarmiento outro influente mercenário nascido em Bragança. Em relação aos missionários que, saídos de Bragança, acabaram por rumar à Índia, vale a pena referir como exemplos os nomes de alguns que permaneceram um tanto obscuros. É caso dos Agostinhos, Frei Diogo de Jesus, que entrou para a Ordem em Goa, no dia 1 de Fevereiro de 1635, e faleceu em Baçaim em 1670, ou de Frei Inácio de Santiago (no século, Inácio de Araújo), que veio a falecer, em 28 de Novembro de 1638, ainda noviço.

No ano de 1581, surge a 3ª Dinastia, de domínio espanhol sobre o povo português, conseguido pela força por parte dos reis de Espanha, tendo terminado a 1 de Dezembro de 1640, pela restauração da independência, ascendendo ao trono, o 8º Duque de Bragança (então governador militar de Portugal, sob o domínio filipino), com o nome de D. João IV, que bravamente defendeu o país, iniciando-se a 4ª dinastia, reinando em Portugal até à Implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, e que haveria de levar o nome de Bragança a longínquas paragens e importantes encontros diplomáticos.

Fonte:

Adaptação de Armando Fernandes, com base em textos da obra “Bragança Marca a História, a História Marca Bragança”.